

A FAMÍLIA COMO ESPELHO

um estudo sobre a moral dos pobres

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Sarti, Cynthia Andersen

A família como espelho : um estudo sobre a moral dos pobres /
Cynthia Andersen Sarti. – 7. ed. – São Paulo : Cortez, 2011.

Bibliografia.

ISBN 978-85-249-0908-5

1. Ética 2. Família – Aspectos morais e éticos 3. Pobres –
Aspectos morais e éticos 4. Trabalho e classes trabalhadoras –
Aspectos morais e éticos I. Título. II. Título: Um estudo sobre a
moral dos pobres.

03-0531

CDD-170

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética social 170

Cynthia Andersen Sarti

A FAMÍLIA COMO ESPELHO

um estudo sobre a moral dos pobres

7ª edição

2ª reimpressão

 **CORTEZ
EDITORA**

A FAMÍLIA COMO ESPELHO

Cynthia Andersen Sarti

Capa: DAC

Preparação de originais: Nair Hitomi Kayo

Revisão: Maria de Lourdes de Almeida

Composição: Dany Editora Ltda.

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Texto revisto a partir da 2ª edição em março de 2003.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

E-mail: cortez@cortezeditora.com.br

www.cortezeditora.com.br

Impresso no Brasil – abril de 2017

Para
Gino e Sigrid, meus pais,
e para
Violeta e Júlio, meus filhos.

SUMÁRIO

Prefácio à 2ª edição	9
Agradecimentos	17
Introdução: A trajetória de uma pesquisa	19
Em campo...	22
Capítulo 1: O Universo da Pesquisa	27
O projeto de <i>melhorar de vida</i>	28
Capítulo 2: Os Pobres nas Ciências Sociais Brasileiras	35
O paradigma da produção	37
O paradigma da cultura	42
Uns e outros	45
Valores tradicionais	47
Capítulo 3: A Família como Universo Moral	55
Sonhos que não se realizam	57
Lugar de homem e lugar de mulher	62
Deslocamentos das figuras masculinas e femininas	67
O lugar das crianças	72
Mãe solteira	75
Relações através das crianças	77

<i>Mãe e pai: nas horas boas e ruins...</i>	79
Projetos familiares	83
Delimitação moral da idéia de família	85
Capítulo 4: A Moral no Mundo do Trabalho	87
<i>Pobres e trabalhadores</i>	88
O trabalhador como <i>homem forte</i>	89
O trabalhador como provedor	95
Trabalho feminino: doméstico e remunerado	98
Trabalho dos filhos	103
Trabalho como obrigação entre ricos e pobres	106
Trabalho, desemprego e esmola	110
Capítulo 5: Relações entre Iguais	113
O vizinho como espelho	115
A sociabilidade local	116
<i>Proprietário x Favelado</i>	118
<i>Trabalhador x Bandido</i>	122
<i>Pobre x Mendigo</i> etc.	128
Demarcação das fronteiras	130
Função ideológica da ambivalência entre os iguais	134
Comentários finais: O Brasil como ele é	139
Bibliografia	145

Prefácio à 2ª edição

Quando ainda candidato, o Presidente da República recém-eleito, Luiz Inácio Lula da Silva, expressou sua disposição de governar o país dizendo que iria “cuidar do Brasil como de um filho”. Na mesma ocasião, em campanha, referindo-se ao fato de que nenhum partido era capaz de governar sozinho um país desta dimensão e à conseqüente abertura do governo do PT a outros partidos, comparou-o a um “coração de mãe, sempre cabendo mais um”.¹

Este livro busca entender a lógica que preside afirmações como essas, as quais, ao traduzirem o mundo social nos termos da família, tornam este mundo inteligível, por formularem um discurso no qual os indivíduos se reconhecem. Fala da família como uma referência simbólica fundamental que permite pensar, organizar e dar sentido ao mundo social, dentro e fora do âmbito familiar. Sua proposição é a de que a estruturação da vida material e afetiva dos indivíduos, que se passa na família, como todos sabemos, acontece a partir da existência da família como uma realidade simbólica, que ordena e organiza formas de pensar e viver. A tal ponto que, no universo pesquisado, a família se torna o parâmetro simbólico para definir, inclusive, os termos da atuação dos indivíduos no plano político. Procuo demonstrar como isto não se associa necessariamente a formas populistas de fazer política, mas ao fato de que as demandas

1. Petista diz que cuidará do País como de um filho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 24 out. 2002, Caderno H, p. 5.

e práticas políticas de qualquer segmento da população se articulam ao seu modo de viver e ao sentido que atribui à sua vida.

Esta segunda edição do livro não altera o conteúdo da primeira. Reproduz integralmente, sem alterações significativas, o texto publicado em 1996, sob o mesmo título.² Mantive a mesma discussão, os mesmos argumentos e a mesma bibliografia. Não fiz mais que atualizar citações, nos casos de reedição ou de publicação de textos mimeografados. Esta escolha deve-se, sobretudo, ao fato de que não voltei a campo para atualizar os dados nos quais me baseei, mas se justifica também pela reafirmação de uma forma de fazer pesquisa.

É muito provável que fatos ocorridos na última década tenham afetado uma realidade estudada no começo dos anos 90, particularmente a expansão do narcotráfico e, em sentido inverso, a implantação de novos programas sociais, como o Programa de Renda Mínima, o Começar de Novo ou o Bolsa-Escola, além do Programa de Saúde da Família (PSF). A intenção é que este livro possa contribuir para se compreender a manifestação desses e de outros fenômenos que incidem nesta realidade.

Uma leitura, algum tempo depois...

A forma como foi desenvolvida a pesquisa implicava a concepção da realidade social como uma realidade que não está objetivamente dada, mas é mediada pelo significado que lhe atribuem os atores sociais. O trabalho foi e continua sendo motivado pela clássica idéia de Durkheim, expressa em sua obra tardia *As formas elementares da vida religiosa* (de 1912) e seguida pela chamada Escola Sociológica Francesa, de que a sociedade

“não é constituída simplesmente pela massa dos indivíduos que a compõem, pelo solo que ocupa, pelas coisas de que se serve, pelos movimentos que realiza, mas, antes de tudo, pela idéia que ela faz de si mesma” (1989:500).

2. Pela editora Autores Associados, de Campinas (SP), com o auxílio-publicação da Fapesp — Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

Alinhou-se, portanto, à corrente antropológica que pensa a sociedade como uma realidade que se constitui pela simbolização. Não à toa, é da referida obra de Durkheim também o trecho que serviu de epígrafe à introdução do trabalho.

Esta pesquisa pretendeu contribuir para entender a sociedade brasileira a partir de um de seus segmentos, os pobres, que vivem num dos bairros da periferia da cidade de São Paulo. Buscou a raiz da noção de família, presente em seu universo simbólico, nas condições particulares em que vivem as pessoas e na história da qual são herdeiras.

No segundo capítulo, discuto as diversas categorias utilizadas pelas ciências sociais brasileiras para analisar o segmento da população a que este trabalho se refere, argumentando que cada uma condiz com uma maneira de vê-lo. Sabemos, como cientistas sociais, que as escolhas não são inocentes. Ao contrário, elas representam concepções da realidade social e de como torná-la acessível por meio da pesquisa científica. Neste sentido, o uso da categoria “pobres” para se referir à população que foi pesquisada correspondeu à abordagem etnográfica que caracterizou este trabalho. Não foi previamente definida, mas ouvida durante a pesquisa. Trata-se, no jargão antropológico, de “uma categoria nativa”, que emergiu no trabalho de campo, uma vez que os moradores do bairro estudado assim se definiam e assim se referiam à forma como são definidos pela sociedade mais ampla. A oposição entre ricos e pobres é um dos eixos fundamentais em torno dos quais constroem sua identidade social. O trabalho investiga precisamente os vários eixos dessa construção.

A partir da referência empírica na qual se baseou, este trabalho buscou analisar a forma particular como se constrói a noção de família como uma ordem moral entre os pobres, referência para pensar o mundo onde se situam, e como esta concepção se articula à sua condição social, configurando uma maneira de responder a ela. Não se pretendeu atribuir essas representações exclusivamente a este segmento da população, nem sequer deduzir de sua condição de pobreza ou de subordinação social a construção moral da noção de família. Metodologicamente, procurou-se, a partir de um caso particular, a lógica de construção da noção de família pelos pobres, cujo entendimento permite sua generalização e sua aplica-

ção a outros casos observados. Este último passo, entretanto, não estava no âmbito deste trabalho etnográfico.

O livro procurou demonstrar que também a categoria “pobre”, no universo pesquisado, é elaborada como uma categoria moral, o que abre o caminho para que a condição de pobre comporte valores positivos, numa sociedade marcada por valores (riqueza, poder e prestígio) aos quais os “pobres” não têm acesso.

O tema da pobreza, neste livro, foi abordado a partir do significado que ela tem para quem a vive, para quem se situa socialmente entre os que são designados pela sociedade como “pobres”: vivem em bairros periféricos, exercem ocupações com baixa qualificação profissional, estão entre os que têm mais baixa escolaridade, recebem as mais baixas remunerações... Isto significa articular a condição de pobreza não apenas ao sistema que a gera, mas à problemática existencial de quem a vive.

A pobreza é um problema para quem a vive não apenas pelas difíceis condições materiais de sua existência, mas pela experiência subjetiva de opressão, permanente e estrutural, que marca sua existência, a cada ato vivido, a cada palavra ouvida. Foi isso que este livro procurou entender: como explicam o mundo, para si, os que vivenciam a pobreza. Entrei em suas casas para isso, sentei-me às suas mesas e conversamos. Conversamos muito, como conto no livro. Foi um movimento para dentro de seu mundo, uma busca de seu sentido existencial. Essa abordagem opõe-se radicalmente à tendência atual de espetacularização ou de estetização da pobreza, elaboradas como imagens externas, construídas para satisfazer necessidades que nada tem a ver com o que os protagonistas dessas histórias formulam para si. O trabalho foi feito na busca do sentido que o outro atribui à sua própria existência, ainda que nunca estejamos inteiramente seguros de que o que atribuímos ao outro, pela nossa escuta, corresponde ao que ele atribui a si mesmo. Trata-se do insolúvel problema nas relações intersubjetivas. Foi uma busca dessa aproximação.

Muito se diz da necessidade de “contextualizar a pobreza”, quando dela se fala. Para explicitar como trabalhei implicitamente a noção de contexto, gostaria de comentar alguns equívocos em torno desta noção, por sua relevância para a antropologia. A expressão

“inserir no contexto”, tal como foi indiscriminadamente difundida nos meios de comunicação, associada a qualquer tipo de abordagem das ciências sociais, esvaziou-se de seu sentido como conceito, ferramenta teórica e metodológica fundamental na pesquisa social. Transformou-se em “sociologuês” e se confundiu a idéia de *contextualizar* com a de *inserir a questão estudada em uma explicação mais geral*, elaborada pelo pesquisador, a partir de seus referenciais teóricos, numa transposição quase mecânica, o que acabou por reduzir esse procedimento a algo bastante próximo ao que Nelson Rodrigues chamava de “óbvio ululante”, quando se referia à explicação sociológica.

Na pesquisa etnográfica, o “contexto” no qual se busca situar o fenômeno estudado é o mundo de significação do sujeito pesquisado, o ponto de vista do “nativo”. Isso implica não tomar como referência apenas o mundo de significação do pesquisador, no sentido de traduzir o fenômeno em seus termos, mas tentar entender que há outro mundo de significação a ser desvendado, com uma lógica própria, ainda que sem garantias absolutas de acesso a esse mundo, porque nunca deixamos inteiramente de ser etnocêntricos. Trata-se de se abrir para a maior aproximação possível, na busca do ponto de vista do outro, que dá significado ao fenômeno por ele vivido.

Nesta acepção, contextualizar não significa situar o fenômeno no âmbito “mais amplo” da sociedade onde se insere, explicando o particular pelo geral, o que contém o risco de se perder a riqueza e as sutilezas da particularidade ou da singularidade — as nuances, os matizes, as filigranas de sentido —, como argumento no capítulo 2 do livro, mas requer um passo a mais. Contextualizar é ir além da explicação do pesquisador e confrontá-la com a explicação nativa. Pressupõe o reconhecimento do discurso nativo como um saber, o que implica pensar a pesquisa como uma relação entre dois sujeitos, o pesquisador e o pesquisado, fazendo desta relação um problema. Traz consigo necessariamente o diálogo, com a exigência de sair de si. O contexto do pesquisador explica a sua interpretação, mas não necessariamente a do pesquisado, quando forem distintas as referências de significado de uma e da outra.

Reconhecer no outro uma “alteridade” — reconhecê-lo, portanto, como sujeito — supõe, ainda, como no caso em pauta, nenhum

gozo ou complacência com a dor alheia. Talvez seja importante afirmar que isto é algo a se ter sempre presente quando se faz pesquisa ou “intervenções” com populações pobres ou que se localizem em qualquer lugar de opressão ou subordinação social. Nessa perspectiva, surge a crítica ao pensamento sociológico que analisa as classes populares a partir de referências negativas, daquilo que lhes falta. Como se a falta, assim como a dor, fosse um atributo do outro. O pesquisador, ao negar referências positivas aos que são socialmente desfavorecidos ou oprimidos, nega defensivamente seu próprio limite, a falta em si mesmo, dando a seu discurso um caráter absoluto. A dificuldade de relativização dos pontos de vista parece-me ser uma das mais relevantes questões a serem trabalhadas na implementação de políticas sociais e em todo trabalho que envolva ajuda não apenas aos pobres, mas a quem quer que seja, deficientes ou doentes, físicos ou mentais...

A nova conjuntura política brasileira anuncia mudanças, cuja dimensão não podemos ainda avaliar. Trouxe para o âmbito do poder os protagonistas da história que se conta neste livro, auto-identificados e identificados pela sociedade como destituídos dos instrumentos que conferem poder e prestígio. Não sabemos o que acontecerá em suas vidas cotidianas e suas formas de estar no mundo na nova ordem que se abre.

Se essa moralidade, espelhada na ordem familiar, relaciona-se, diante do desamparo social a que estão expostos os pobres, à forma como se constituiu o espaço público no Brasil, onde impuseram as leis personalistas do espaço privado, ela é também, como se argumenta neste livro, uma forma de autovalorização e de afirmação de valores próprios desse segmento da população. Redefinindo-se o espaço de sua atuação social e política, redefine-se também o estatuto desse discurso moral na sociedade. Ele se relaciona à ambigüidade de uma sociedade dividida entre o arcaico e o moderno, um dilema das elites, que repercute em toda a sociedade brasileira. Não obstante, numa nova ordem social e política, em que não apenas as camadas dominantes tenham lugar, redefine-se o lugar do discurso dos dominados, como expressão de uma cultura própria, que também passa a fazer parte do jogo.

Alguém com uma história de vida igual à dos protagonistas deste livro — que, na história do Brasil, sempre falaram a partir de

um lugar de subordinação social — fez-se líder sindical, deputado federal e acaba de ser eleito Presidente da República, resultado do processo político que se iniciou há mais de vinte anos, desde a fundação do Partido dos Trabalhadores. Foi o primeiro operário a ascender ao poder por eleições diretas, num processo eleitoral reconhecidamente democrático. A nova conjuntura aponta, portanto, para a redefinição dos lugares que têm marcado a hierarquia social e política no Brasil por séculos e, assim, abre a possibilidade de que seja atribuído à forma de viver e pensar o mundo social, descritas neste livro, um outro lugar. Veremos.

São Paulo, novembro de 2002

Agradecimentos

Este trabalho traz as marcas de ter sido originalmente uma Tese de Doutorado. Foi apresentada ao Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em agosto de 1994.

Agradeço, acima de tudo, aos moradores do Jardim das Camélias, onde fiz a pesquisa, particularmente às famílias de Vera e José Nogueira Souza, Ana e Sérgio Santos Melo, Domingos e Lurdes da Silva Gomes, Genésio e Jandira dos Santos e de Neusa e Severino Isidro.

Maria Lúcia Aparecida Montes, minha orientadora, ajudou-me decisivamente a elaborar e dar forma às minhas idéias, o que faz este trabalho seu também, ainda que evidentemente a responsabilidade seja minha.

Carmen Barroso garantiu minha entrada inicialmente como sua orientanda no Doutorado do Departamento de Sociologia.

Tive o apoio financeiro da Capes e da Fapesp, através de bolsas de doutorado, além de uma bolsa do Programa de Dotações para Pesquisa Fundação Ford/ANPOCS, que me permitiu contratar Roberto Catelli Jr. como assistente de pesquisa no trabalho de campo. A Fundação Carlos Chagas, onde trabalhei como pesquisadora, deu-me o suporte institucional que viabilizou a pesquisa de campo. No Grupo de Trabalho “Família e Sociedade”, da ANPOCS, discuti o trabalho em diferentes momentos de sua elaboração.

O incentivo de Guillermo O'Donnell foi básico na arrancada deste projeto. No Kellogg Institute for International Studies (Universidade de Notre Dame, Indiana, EUA), onde passei um semestre como professora visitante, foi possível dar impulso ao trabalho sistemático de análise dos dados. Thomas Skidmore ajudou-me decisivamente nesta tarefa.

Roberto Da Matta deu-me um apoio fundamental, inclusive na utilização dos dados da pesquisa feita em 1992 no mesmo bairro, sob sua coordenação, como parte do projeto conjunto CEBRAP/Kellogg Institute, sobre "Políticas sociais para os pobres urbanos na América Latina".

Agradeço, finalmente, aos professores que me argüiram na Defesa da Tese. Além de Maria Lúcia Montes, a orientadora, Roberto Da Matta, que acompanhou o período de elaboração do trabalho, José Guilherme Cantor Magnani e Miriam Moreira Leite. Maria Lygia Quartim de Moraes, amiga e interlocutora, também fez parte da Banca Examinadora.

Angela Ramalho Vianna ajudou-me a reescrever a introdução do trabalho e Isabel De Lorenzo fez a revisão final do texto.

São Paulo, novembro de 1995

Introdução

A TRAJETÓRIA DE UMA PESQUISA

“Uma sociedade não pode criar-se, nem se recriar sem criar, ao mesmo tempo, alguma coisa de ideal. Essa criação não é para ela uma espécie de ato suplementar com o qual se completaria a si mesma uma vez constituída; é o ato pelo qual ela se faz e se refaz periodicamente.”

Émile Durkheim

A análise das relações na família, sobretudo a partir da mudança nos papéis familiares — inevitável diante da crescente incorporação da mulher ao mercado de trabalho e da possibilidade de contracepção cada vez mais assegurada —, torna evidente uma questão estrutural na família moderna: o conflito entre, de um lado, a afirmação da individualidade — uma possibilidade do mundo moderno, em que a tradição vem sendo abandonada como em nenhuma outra época da história, transformando a intimidade (Giddens, 1993) — e, de outro, o respeito às obrigações e às responsabilidades próprias dos vínculos familiares.¹

1. O conflito entre família e individualidade constitui problema fundamental nas análises sobre a identidade feminina. Ver a esse respeito, Franchetto et al. (1981), Durham (1983), Ardaillon e Caldeira (1984). Tem sido questão central no trabalho de Moraes (1985, 1989/90 e 1994). Foi por mim retomada em outro artigo (Sarti, 1995a).

Na família pobre, esse conflito — ainda que existente, porque os pobres fazem parte do mundo capitalista, moderno e individualizado — aparece pouco acentuado pela precedência do todo — a família — sobre as partes — os indivíduos —, fazendo com que as relações familiares entre os pobres sigam um padrão tradicional de autoridade e hierarquia.

Por meio da análise das relações entre homem e mulher na família pobre, pode-se perceber que a dificuldade de afirmação individual — tanto para o homem como, particularmente, para a mulher, que tem uma posição subordinada na hierarquia familiar — é expressa fundamentalmente como uma questão de ordem moral. Tal dificuldade aparece como uma incongruência em seu universo moral, onde os elos de obrigações em relação a seus familiares prevalecem sobre os projetos individuais.

Tal constatação levanta uma série de questões: quais são os fundamentos que efetivamente estruturam as relações na família no mundo dos pobres e que definem o lugar de cada um de seus membros, segundo sua própria concepção moral; que lugar ocupa esse código moral familiar, hierárquico e patriarcal, expresso nas relações entre homem e mulher e entre pais e filhos (Sarti, 1985a) dentro do sistema mais amplo de referências culturais dos pobres; que relação tem esta moralidade com sua posição estrutural de “pobres”, socialmente subordinados; qual o alcance deste código moral hierárquico como referência simbólica para os pobres urbanos.²

O presente trabalho, que toma como ponto de partida a família, procura compreender com que categorias morais os pobres organizam, interpretam e dão sentido a seu lugar no mundo. Para isso, foram observados, ouvidos e entrevistados os moradores de um bairro da periferia de São Paulo, a respeito de suas vidas na família e no bairro, bem como de sua concepção do trabalho — a referência mais geral que projeta suas vidas para além desse círculo restrito de relações. As reflexões desenvolvidas no decorrer da pesquisa incidiram, assim, sobre os valores expressos na sociabilidade local, isto é, no próprio grupo de referência dos pobres, mostrando não apenas como

2. Cabe esclarecer que os “pobres” a que este trabalho se refere são os destituídos dos instrumentos que, na sociedade capitalista, conferem poder, riqueza e prestígio.

eles se relacionam com os “iguais”, mas revelando também, em contrapartida, a concepção que têm da relação com os “outros”.

Como parte da sociabilidade local, levaram-se em conta também as relações de parentesco. As relações familiares estabelecidas pela dinâmica entre afinidade e consangüinidade fazem pender a balança ora para um lado, o do núcleo conjugal, ora para o outro, o do grupo consangüíneo, como um pêndulo constante (Héritier, 1975), o que torna decisiva a rede de parentesco como um todo na dinâmica das relações familiares, sobretudo num contexto em que os vínculos conjugais são tênues, como no caso em pauta.

A pesquisa focalizou inicialmente a moralidade na família e estendeu-se depois para o bairro e as relações de vizinhança. No bairro onde foi desenvolvido o trabalho de campo, como nos demais bairros da periferia, os limites entre casa e rua são sutis e imprecisos, sendo difícil demarcá-los. A importância que o trabalho assume na definição que os pobres formulam dos papéis familiares impôs sua inclusão entre os temas de reflexão.

O desdobramento da análise da família para as relações de vizinhança e para a concepção que os moradores da periferia têm do trabalho foi mostrando, no desenrolar da pesquisa, como a moralidade na qual se assentam as relações familiares não se limita ao universo da casa, mas se expande para fora, configurando um sistema de valores que incide sobre o modo como os pobres pensam o mundo social e se colocam ante ele.

O estudo da moralidade dos pobres, expressa nas relações que se criam em torno da localidade onde habitam, tornou-se também um estudo da construção de sua identidade social, uma vez que a autodefinição dos pobres — ou seja, a definição do lugar que ocupam no mundo social — constrói-se dentro de uma concepção da ordem social como ordem moral.

A moralidade, neste estudo, é considerada do ponto de vista antropológico, numa perspectiva que pode ser chamada de durkheimiana, no sentido de que nega qualquer “essência” boa ou má à ordenação moral que fazem os pobres do mundo social, mas busca compreender qual é a interpretação que os sujeitos envolvidos fazem de sua experiência de vida, expressa em suas normas e valores.

Para Durkheim, a sanção, contrapartida negativa do ato moral, não resulta da natureza intrínseca ao ato, mas do fato de que

existem normas sociais que prescrevem sua condenação, o que torna intrinsecamente social e, portanto, relativo o fato moral, sua proposição básica (Durkheim, 1924).³

A reflexão aqui contida é produto não só de uma pesquisa, mas de uma trajetória de pesquisa, que começou com um trabalho etnográfico anterior (Sarti, 1985a). Esse caminho tortuoso revela que, durante a realização de uma pesquisa, não apenas se desvenda aos olhos do pesquisador uma realidade externa que não se conhecia, mas também ocorre uma profunda transformação no olhar do pesquisador que, neste caso, se deslocou da família para o fundamento da ordem social na perspectiva dos pobres, sem que o material etnográfico tivesse se modificado substancialmente.

A definição da família como via de acesso ao problema da moralidade não foi uma escolha arbitrária, nem casual. Ela foi se delineando à medida que se revelava a importância da família como referência simbólica para os pobres, dentro e fora da casa. A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social.

Em campo...

“[...] não saberemos jamais se o outro, com o qual não podemos, apesar de tudo, confundir-nos, opera, a partir dos elementos de sua existência social, uma síntese que coincide exatamente com a que elaboramos. Mas não é necessário ir tão longe, é preciso somente — e, para tanto, o sentimento interno basta — que a síntese, mesmo aproximativa, decorra da experiência humana. Devemos assegurar-nos disto, pois estudamos homens; e como somos homens, disto temos a possibilidade.”

Claude Lévi-Strauss

No final dos anos 70, quando comecei o mestrado em Ciências Sociais, era militante e agente do discurso feminista, identificada com

3. A formulação de Durkheim (1960) da “solidariedade orgânica”, que fundamenta a divisão social do trabalho, como um elo de caráter moral que vincula e integra os indivíduos socialmente, fez deste autor um clássico, um ponto de partida, de uma “sociologia moral”.

ele, mas desconfiada de sua universalidade. Voltei meu interesse para a condição feminina, então, para mulheres que ocupam uma posição social diferente do meu próprio grupo de referências (Sarti, 1985a). Assim, com o objetivo de fazer a dissertação de mestrado, iniciei meu convívio com os moradores da periferia de São Paulo.

Desde então, conheço e acompanho, de perto ou de longe, algumas das famílias que moram no bairro em que foi realizada a pesquisa, em São Miguel Paulista, na zona Leste da cidade de São Paulo.

Algumas posturas permearam minha relação com os moradores deste bairro o tempo todo. Não era considerada uma *igual*, mas sim *diferente*, entre outros aspectos, por morar *lá no centro*, o que, por oposição à *periferia*, sintetiza um eixo de diferenciação social básico. Encontrava-me neste conhecido terreno movediço que caracteriza a posição do antropólogo, de estar próximo, pela situação de pesquisa, pela familiaridade que se vai desenvolvendo, pelas aproximações e preferências que se vão estabelecendo com a convivência e, ao mesmo tempo, de não fazer parte daquele grupo social.

Os *pobres* são pródigos em conversa. Conversávamos muito. Fato freqüente era devolverem-me a pergunta que eu lhes havia feito, e foi dessa troca que retirei a parte mais rica do material para análise. Acho que era quando os entendia melhor, talvez porque as definições, opiniões e comentários surgiam clara e espontaneamente por comparação, por contraste, permitindo falar de uma mesma questão sob diversos ângulos. O discurso fluía particularmente bem nessas ocasiões de troca de papéis, em que ambos, pesquisadora e pesquisado/a, perguntavam, dando vazão à curiosidade dos dois lados, fazendo com que diferenças e semelhanças aparecessem de modo mais aberto.

As maiores dificuldades de comunicação surgiam quando não era possível romper a distância que me confere a identificação com *eles*, diferente de *nós*. Isso era mais comum na favela, por razões óbvias, uma vez que lá se vive sob a constante ameaça de um possível despejo. A ameaça gera desconfiança. Devia, portanto, chegar apresentada por alguém que eles considerassem com toda segurança como *um de nós*.

É bastante freqüente, em situação de pesquisa, haver expectativa de que, com os recursos próprios do pesquisador, conferidos

pela escolaridade e pelo “saber” que ela implica, possa ocorrer algum tipo de ajuda na resolução de problemas locais ou pessoais. Os pedidos de interferência, alguns explícitos — quando se tratava de questões coletivas do bairro —, outros sugeridos — quando se tratava de questões pessoais —, acabaram por dar indícios de como aqueles que constituem o *nós* se relacionam com os *outros*.

Pode-se dizer, portanto, que há momentos em que existe uma clara expectativa de que o pesquisador possa trazer melhorias ou benefícios para as vidas dessas pessoas, embora não seja essa a tônica do contato com a população local. A continuidade do contato dissipa a primeira abordagem, ou há um afastamento à medida que a expectativa se frustra.

As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular nas vidas das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São uma prova rara do reconhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo.

Marcar uma entrevista com antecedência, avisar sobre uma visita é ponto obrigatório no trabalho de campo, para evitar o constrangimento de “pegar” o entrevistado desprevenido, por exemplo, com a casa suja e em desordem. Não é tanto o sentido da privacidade que se põe em questão, mas o fato de que a casa é uma extensão da pessoa, um valor através do qual ela demonstra sua respeitabilidade. Por isso, é importante, mais do que em outros grupos sociais, que a casa esteja *em ordem*: faz parte da tentativa de causar *boa impressão*. Com o convívio, entretanto, esses constrangimentos vão desaparecendo, como me disse uma mulher conhecida havia alguns anos: *quero que você chegue na minha casa a qualquer hora, como se fosse a sua casa*. Para ela, ter as portas abertas era o que contava.

Cada detalhe do convívio envolve inicialmente alguma tensão, até que se esteja assegurado do porquê da presença do pesquisador. Com o tempo e o convívio, a relação fica menos tensa, sem necessidade de constantes testes e provas. O pesquisador tem de lidar com os problemas de comunicação que enfrenta qualquer pessoa estranha ao *pedaço* (Magnani, 1998), que envolvem a possibilidade de uma linguagem comum para entender o que o outro quer dizer com seu gesto ou palavra e para se fazer entender.

Escolher determinado local para a pesquisa é muitas vezes considerado uma forma de prestar atenção à sua população, o que

leva as pessoas a serem receptivas. Serem escolhidos para a entrevista é visto como deferência. Retribuem, então, abrindo as portas de suas casas, quando não os segredos de suas almas. A escolha dos entrevistados também envolve um certo cuidado para não ferir suscetibilidades. Se, na prática do trabalho de campo, os critérios de seleção dos entrevistados em função do problema estudado norteiam sem dúvida nossas escolhas, o que conta decisivamente no trabalho de campo é a percepção das circunstâncias locais.

Uma moradora sugeriu-me que eu entrevistasse uma mulher que morava na sua rua e justificou: *Ela é muito boa pessoa*. A sugestão teve um duplo sentido: é necessário escolher quem passe uma imagem positiva do bairro, porta-vozes selecionados, como também significa que não se pode falar com qualquer pessoa. Os contatos com os que não são do “mundo da ordem” envolvem explicações de que não se está “traindo” este mundo em favor dos que não são considerados respeitáveis no local, de que não se está rompendo nenhum pacto anterior. O mesmo acontece em relação às facções políticas e às dissensões religiosas.

Há permanentemente um elemento de troca, um dar e receber contínuos. A relação dos moradores com o pesquisador e suas atitudes em relação à presença deste no local ajudam muito na compreensão da relação que os *pobres* têm com os *outros*, os que não consideram como *iguais*. Pode-se perceber, ao longo dos diferentes momentos da pesquisa, manifestações da multiplicidade de posturas que têm os que constituem o *nós* em relação a *eles*. Num certo sentido, a relação dos moradores com o pesquisador sintetiza a variabilidade das posturas com relação aos *outros*.

Há também, subjacente, uma deferência pela “cultura” da qual o pesquisador é portador. Os *pobres* demonstram enorme respeito pela “educação”, que constitui um valor, mas que, como todo valor, é relativizado.⁴ Não deixam de apontar limites, expressos numa des-

4. “Ter cultura”, no universo dos pobres, segundo a análise de Verçosa (1985) em trabalho sobre as práticas pedagógicas escolares, refere-se a uma pessoa que domina uma significativa parte deste acervo de dados em que consiste o conhecimento, alcançado pela escolaridade, alguém que *tem leitura*. No entanto, a *boa educação* envolve ainda incorporar ao comportamento os valores morais que caracterizam a boa conduta, o que a escola se esforçará também por fazer. Isto significa que uma pessoa pode “ter cultura”, mas não ser *educada*, introduzindo-se, assim, sempre pelo prisma moral, uma relativização de um dos bens que demarcam desigualdades sociais, a educação.

confiança: a sabedoria não está só nos livros, mas na prática de quem lida com a vida, na *experiência*, valor que fala mais alto; uma mulher que, em sua própria definição, lê e escreve “muito pouco”, disse:

Eu acho que ler e escrever é muito bom, mas quando a pessoa sabe ler e não sabe se dedicar a si próprio, não adianta.

No meu ponto de vista é isso: não adianta eu saber ler mundos e fundos e não saber resolver problema nenhum.

Essa *experiência* é uma aprendizagem que só adquire quem *anda pelo mundo*, porque, como disse um homem que migrou para São Paulo:

O maior professor do ser humano é o mundo. É quem nos ensina de tudo. Por mais que você aprenda, você não aprende se você não anda o mundo. Muito eu andei e muito eu aprendi.

Como é a tendência em qualquer coletividade humana, na afirmação de sua identidade, os *pobres* desqualificam e zombam do diferente. Em sua crença de que *rico* não trabalha e de que quem *tem leitura* não conhece *a vida*, criam a imagem do rico folgado e do intelectual otário, freqüentes objetos de galhofa. Se esta atitude corresponde a uma forma de autovalorização defensiva diante de bens — a riqueza material e a educação — aos quais não têm acesso, ela é a contrapartida de auto-afirmação em face da crença discriminatória dos *ricos* de que *pobre* é *ignorante, atrasado, não quer saber de trabalhar, não tem moral*.

Quando se faz uma pesquisa, não se pode deixar de ter presente que aqueles que são pesquisados sempre têm em relação ao pesquisador uma posição clara: quanto mais são conhecidos, mais conhecem; enfim, não se pode deixar de ter presente que se está numa relação em que os dois lados contam decisivamente. Isso significa que se aprende a conhecer os moradores locais, a diferenciá-los, a definir as próprias simpatias e desconfortos e entender suas atitudes em relação ao pesquisador: deferência, respeito, generosidade; indiferença, hostilidade; a ver como buscam se “aproveitar” do convívio com pessoas de outra condição social, um “aproveitar-se” que — depois entendi — é para eles, muitas vezes, também *obrigação* em relação aos *pobres*; ou a postura inversa, de afirmação de sua dignidade, autonomia e orgulho.

Capítulo 1

O UNIVERSO DA PESQUISA

“Não havendo assunto pequeno, mas pequeno investigador, cada aspecto da cultura, cada ângulo da atividade humana, permite percentagem analítica bem inferior a seu volume real.”

Luís da Câmara Cascudo

Um desencanto fundamental marca os pobres urbanos em São Paulo hoje, anos 90, retrato da derrocada da promessa de felicidade que encerrava o crescimento industrial e econômico do país, com o “progresso” que beneficiaria a todos. Desencanto pelas suas experiências de vida e pelo que devolvem a todo o país como a imagem mais visível dessa frustração. Suas vidas são o resultado da industrialização e da urbanização do país, a partir dos anos 50, e da migração que fez parte deste processo, “o sonho feliz de cidade”, a promessa de dias melhores, que os trouxe para o Sul, buscando o Brasil moderno, cuja síntese perfeita estava em metrópoles como São Paulo. Sonho que forjou as periferias pobres das cidades, obrigando sua população a “chamar depressa de realidade”, nas palavras de Caetano Veloso, o que se mostrou “o avesso do avesso” de seu sonho.

Como parte do movimento mais amplo da expansão econômica do país e da reordenação social que dela decorreu, esse movi-

mento de migração deslocou-se para São Paulo sobretudo nos eufóricos anos 60 e 70, não apenas como conseqüência da expansão da cidade de São Paulo e da intensa urbanização por que passava o país, mas como resultado de um processo de transformação do sistema econômico e social que afetou tanto a cidade como o campo, redefinindo as relações sociais em todo o país.¹

A pesquisa de que resultou este trabalho desenvolveu-se em um dos muitos bairros que se expandiram como conseqüência deste intenso processo de deslocamento da população trabalhadora do país. É o resultado de um contato de muitos anos. Conheço desde 1979 alguns dos moradores da localidade pesquisada, um bairro em São Miguel Paulista, na zona Leste da cidade de São Paulo. De 1979 a 1981, lá estive a trabalho, para minha dissertação de mestrado sobre as mulheres pobres (Sarti, 1985a), como já foi dito. Fora retornos esporádicos, voltei depois de alguns anos, em 1988, para recomeçar o trabalho de campo. Desta vez, para a tese de doutoramento.

No trabalho anterior, fiz uma descrição detalhada do cotidiano do bairro, sua história e caracterização socioeconômica da população (Sarti, 1985a). Pretendo aqui retomar apenas algumas características da população local, para ressaltar o impacto que me causou a volta ao bairro depois de alguns poucos anos, permitindo ao leitor visualizar a quem se refere a reflexão que se segue.

O projeto de *melhorar de vida*

Como a maior parte dos pobres que vivem hoje em São Paulo, a população adulta do bairro é, em sua maioria, migrante, sobretudo nordestina. Quanto mais aumenta a idade, maior a probabilidade de que o morador seja migrante. As crianças e hoje também os adolescentes já são em sua grande maioria nascidos em São Paulo,

1. Essa corrente migratória, como parte de um processo de âmbito nacional, foi analisada por Durham (1978), num trabalho clássico sobre os pobres e exemplar na tentativa de articular a particularidade de seu lugar social com a sociedade mais ampla. Quanto à expansão específica da cidade de São Paulo, a literatura é extensa. Sobre a formação da periferia de São Paulo como uma saída para o problema da habitação popular, dentro do processo de expansão da cidade, ver Kowarick (1979) e Bonduki (1983 e 1988).

dada a diminuição do movimento migratório. Este é, portanto, um bairro de velhos e adultos migrantes, muitos de origem rural, e de jovens e crianças nascidos e criados em sua maioria na cidade de São Paulo.

O bairro começou a se expandir efetivamente a partir dos anos 70. Em 1980, ainda não fazia dez anos que a grande maioria dos habitantes locais (92,1%) lá se havia instalado (Caldeira, 1984; Sarti, 1985a). No retorno ao bairro, entrevistei muitos dos maridos e filhos das mulheres antes entrevistadas. Voltei a famílias que se haviam desfeito, a outras em que os filhos cresceram e que acabaram por ser incluídos na pesquisa.

No começo dos anos 80, a maior parte das mulheres era migrante e tinha seus filhos pequenos. Agora, retornando a essas famílias, pude ver os filhos criados em São Paulo, essa geração que cresceu na periferia urbana, e comparar seus padrões de comportamento, permanências e mudanças. Alguns ainda estão solteiros, outros casados, como tantos, pela segunda ou mais vezes. Há ainda entre os entrevistados mães solteiras, viúvas, com e sem filhos, homens e mulheres em arranjos familiares diversos e em diferentes posições dentro do grupo familiar: pai, mãe, filho e filha. São católicos ou pentecostais (de diversos credos). De resto, seguem as outras conhecidas características da população da periferia, profissões desqualificadas, rendimentos baixos e instrução precária (sobretudo os mais velhos).

No início dos anos 80, o bairro correspondia à franja da cidade de São Paulo. Nos últimos anos, expandiu-se à sua volta um aglomerado de casas construídas em terrenos invadidos, a "favela", deslocando, portanto, a margem da cidade. Alguns dos entrevistados moram nessa parte do bairro, que começou a se expandir nos anos 70; vivem em casa própria com terreno próprio, ou casa alugada. Outros moram na favela, em casa própria e terreno invadido.

Diante da favela contígua, a população local pensa o bairro hoje como um lugar intermediário, numa relação segmentar e hierarquizada do espaço da cidade. Valladares (1991) comenta o processo de periferização das metrópoles brasileiras, que se consolida na década de 1970, deslocando a pobreza urbana das favelas para

as margens das cidades. Segundo a autora, “esta nova territorialidade da pobreza colocou em evidência o chamado ‘morador da periferia’, em detrimento do ‘favelado’, reificado pela teoria da marginalidade e até então reconhecido como o pobre por excelência” (1991:104). Por essa expansão constante da cidade, a emergência do “morador da periferia” como uma categoria que define o pobre não substituiu, mas redefiniu o sentido do termo “favelado”, que passou a ser “mais pobre” do que o pobre/morador da periferia, constituindo uma importante referência para a diferenciação interna nesta localidade.

Além da presença da favela, que deslocou o “pior lugar da cidade” para além do bairro, redefinindo em termos relativos a posição em que se vêm os moradores, efetivamente ocorreram melhorias no local, relativamente ao que ele era há dez anos, sobretudo quanto à infra-estrutura urbana, bens de consumo coletivo e aos bens de consumo nas casas. Isso evidencia que, apesar da forte recessão econômica, a década de 1980 não foi assim tão “perdida”.² As mães não se preocupam tão angustiadamente com a volta de seus filhos e filhas para casa depois da escola noturna. Há luz nas ruas. Uma ocasião, num dia de muito calor, com a minha chegada imprevista, a pessoa que eu visitava fez o filho comprar refrigerante na padaria próxima, para me oferecer, possibilidade antes inexistente. Açougue, farmácia, supermercado estão agora ao alcance sem grandes deslocamentos. Abriram-se novas vias de acesso ao bairro, onde os carros e ônibus circulam sobre o asfalto e os pedestres andam sobre calçadas, rompendo o confinamento tantas vezes antes expresso numa sensação de fim de linha...

As possibilidades de consumo ampliaram-se relativamente ao que era antes pela própria expansão da sociedade de consumo que, num mecanismo de “participação excludente”, reserva uma fatia de seu mercado à população de baixa renda. Como argumenta Durham (1984), esses novos padrões de consumo são vividos pela população pobre, especialmente a de origem rural, como melhoria

2. A idéia dos anos 80 como uma “década perdida” aparece numa linha de pesquisas sobre os pobres que analisa a relação entre trabalho, pobreza e família. Ver Lopes e Gottschalk (1990) e Telles (1992). Para uma relativização desta idéia, ver Tavares (1991) e Moraes (1993) e, ainda, a análise de Faria (1992) sobre a conjuntura social brasileira.

de vida. Tal percepção situa-se mais amplamente dentro da perspectiva de vida dos moradores da periferia urbana, cuja existência é motivada por esse projeto de *melhorar de vida*, que envolve o grupo familiar em seu conjunto (Durham, 1988).

Se o desemprego e as situações imprevistas levam os projetos familiares a serem constantemente refeitos, se os filhos não estão estudando como seria desejável, se sacrifícios com os quais não se contava podem estar em curso dentro das inúmeras “estratégias de sobrevivência” dos pobres urbanos, descritas pelas ciências sociais (Bilac, 1978; Macedo 1979; Woortmann, 1984), o bairro obteve visíveis melhorias quanto a bens de consumo coletivo, como resultado do impacto de lutas sociais de bairro nesta década em que novos atores políticos entraram em cena.

Neste bairro, particularmente, serviços públicos como um Posto de Saúde (estadual) e uma creche (municipal) foram instalados a partir de movimentos femininos. A pressão da população local junto aos órgãos públicos efetivamente teve efeito favorável à instalação desses serviços, num momento — começo dos anos 80 — em que essas questões ocupavam a agenda política. Aliás, entre os ganhos da década de 1980 está indiscutivelmente a experiência democrática vivida nas diversas instâncias da vida política do país, que fez aumentar o poder de pressão da população pobre das periferias urbanas.

As mudanças ocorridas na região confirmam a idéia, expressa por seus moradores, da transformação da periferia como um processo constante, tanto no espaço físico que se expande, como na perspectiva de seus habitantes de melhorar progressivamente sua vida, continuando esse projeto familiar que se iniciou desde o momento em que eles ou seus pais resolveram migrar.

A expectativa de melhorar de vida está relacionada à condição de migrante, constituindo o *leitmotiv* de migrar. Em termos de suas histórias familiares, os moradores desse bairro falam da percepção de uma mobilidade social em relação à geração que os precedeu, no sentido de que tiveram acesso a recursos inexistentes em seus locais de origem, sobretudo no que se refere às oportunidades de trabalho, de consumo e de educação para seus filhos encontradas na cidade. Seguindo o padrão típico da localidade, o de ter origem

migrante e viver a expansão familiar em São Paulo, uma das entrevistadas, nascida em Alagoas, conta que diz para as filhas, nascidas e criadas em São Paulo:

Mesmo com a vida que a gente leva, é bem melhor do que aquela vida que eu levei, porque eu tinha tanta vontade de estudar, era curiosa em muitas coisas e não consegui...

Além de aparecer nas famílias pobres de origem rural, essa idéia de uma mobilidade em relação às oportunidades apresentadas às gerações anteriores surge também entre as famílias paulistanas, à medida que se associa às possibilidades do meio urbano.

Não há dúvida de que se trata de uma melhoria relativa. Sabe-se que as possibilidades de *melhorar de vida* esbarraram nos limites da recessão econômica, agravada desde o início dos anos 80. As conjunturas de recessão, no entanto, apenas acentuam, muitas vezes gravemente, o que é a instabilidade estrutural do emprego para os pobres.

Se hoje a população das periferias urbanas conta com água, luz, esgoto e asfalto em um número cada vez maior de casas e ruas, também afetam esses moradores, como a todo pobre urbano, o desemprego e a diminuição do valor real dos salários, com a conseqüente diminuição da renda familiar — o que obriga a incorporação de mães e filhos à força de trabalho em momentos não desejados, sacrificando os cuidados maternos e contrariando, assim, valores que lhes são caros —, além das constantes ameaças de violência que pairam sobre seu cotidiano.

As dificuldades encontradas na cidade para estudar desencorajam o projeto de ascensão social através da educação. Como raramente os migrantes vindos da zona rural dominam a leitura e a escrita, pensadas como o instrumento de adequação aos códigos urbanos, essa esperança é depositada nos filhos, como mostrou recentemente, entre outros, o trabalho de Costa (1993). As dificuldades enfrentadas na cidade, onde se integram como pobres, e o desencanto das promessas não cumpridas levam à idealização do passado e à construção do sonho de *voltar para o Norte*.³

3. Costa (1993) fala analogamente da reconstrução mítica da “comunidade rural” entre os bóias-frias, migrantes que vivem nas periferias urbanas do interior paulista.

Focalizamos, portanto, um segmento da população que vive num bairro da periferia de São Paulo, situado numa das regiões mais pobres da cidade. Os moradores deste bairro definem-se como *pobres e trabalhadores*, em oposição aos *ricos*, categoria que engloba diferenciações tais como os *patrões*, os que moram no *centro*, os *estudados* e que, por fim, se refere propriamente ao padrão de consumo que lhes é negado. Diferenciam-se, entretanto, de *outros* pobres, por terem casa própria. Pode ser um barraco, mas é *seu* barraco. São proprietários, o que não quer dizer necessariamente estabilidade econômica, mas é a marca de uma importante distinção simbólica, a realização de um valor social tipicamente burguês por eles compartilhado, de acordo com o mundo regido pela lógica do mercado, mas cujo significado não se esgota aí.

Foi a possibilidade de *comprar um terreno e levantar um cômodo* o que levou os migrantes, nos eufóricos anos 60 e 70, a esses bairros longínquos, sem infra-estrutura urbana e sem certificado legal de propriedade dos terrenos que, por essas razões, tinham preço acessível. Perseguiam a realização do sonho da casa própria, o conhecido projeto que, junto à criação de uma família — uma vez que casa e família são projetos que só fazem sentido quando combinados um ao outro (Woortmann, 1982; Sarti, 1985a) —, constitui um projeto central da existência dos trabalhadores que se estabeleceram na cidade (Durham, 1978; Macedo, 1979; Caldeira, 1984; Costa, 1993) e que os diferencia de *outros* pobres, *os que não têm nada, os pobres mesmo*.

Ainda que os pobres estejam em toda a parte nas grandes cidades, eles concentram-se na *periferia*, criando um espaço próprio, reconhecido como o seu lugar nas cidades, onde se pode observar e identificar mais claramente sua maneira de viver, diferente dos moradores das regiões centrais. Como já demonstrou a literatura sobre os pobres urbanos, o local de moradia, através das relações sociais que nele se desenvolvem, constitui a base de uma identidade coletiva (Magnani, 1998, Caldeira, 1984; Zaluar, 1985; Durham, 1988).

Os migrantes que vivem nas periferias urbanas são um grupo social com fronteiras imprecisas, ao contrário dos grupos étnicos que, ao chegarem no novo lugar de moradia, se estruturam

em torno de uma identidade comum, construída com elementos que já traziam em sua bagagem. Essa identidade é criada para os migrantes na periferia, o lugar dos pobres na cidade, daqueles que vieram de muitos pontos diferentes, comportando muita heterogeneidade, mas construindo uma referência básica comum em torno do local de moradia. Quando seus problemas de adaptação na cidade já estão relativamente assentados, os migrantes enfrentam, como qualquer nativo da cidade, o problema de serem pobres. Sua origem, embora marque sua existência, passa a ser secundária, porque o que conta agora é o que a cidade lhes oferece.

Se acentuei o impacto das mudanças e melhorias na vida dos moradores das periferias urbanas é porque me parece importante para sua definição de *pobres* no mundo urbano, particularmente na cidade de São Paulo, já que esta definição comporta uma ambigüidade: eles vivem num dos pólos mais modernos e desenvolvidos do país e nele trabalham. Defrontam-se, portanto, cotidianamente com as possibilidades deste mundo, sem que, entretanto, a elas tenham acesso, precisamente porque são *pobres*. Nesta ambigüidade, neste querer-e-não-poder, os pobres estruturam sua identidade social e constroem seus valores, procurando retraduzir em seus próprios termos o sentido de um mundo que lhes promete o que não lhes dá.